
TERMO DE REFERÊNCIA**1. OBJETO**

1.1. O presente Termo de Referência tem por finalidade definir as condições e especificações técnicas necessárias quanto a Contratação de empresa(s) visando a aquisição de itens diversos para atender as demandas da secretaria da Mulher, em conformidade ao Convênio nº 952162/2023, celebrado entre o município de Caruaru e o Ministério da Mulheres, destinado à equipagem do centro de Referência Maria Neuma da Silva Lira

1.2. Essa contratação deve estar em conformidade com as disposições deste Termo de Referência, do Estudo Técnico Preliminar, bem como com o Decreto Municipal nº 009, de 17 de janeiro de 2024, e a Lei nº 14.133, de 21 de abril de 2021.

2. DAS JUSTIFICATIVAS**2.1. JUSTIFICATIVA DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1.1. A Prefeitura Municipal de Caruaru firmou o Convênio nº 952162/2023, celebrado entre o município de Caruaru e o Ministério da Mulheres, destinado à equipagem de Centros de Referência de Atendimento as Mulheres (CRAM) e congêneres. Tal recurso será destinado à equipagem do Centro de Referência Maria Neuma da Silva Lira, em Caruaru.

2.1.2. O Centro de Referência da Mulher Maria Neuma da Silva Lira desempenha um papel fundamental na prestação de serviços de acolhimento e orientação a mulheres que se encontram em situações de violência doméstica e familiar.

2.1.3. A equipe multidisciplinar oferece assistência jurídica, apoio psicológico e assistência social, com o objetivo de empoderar as mulheres e ajudá-las a superar as dificuldades que enfrentam. Além disso, atua se no encaminhamento das beneficiárias para a rede socioassistencial, serviços de saúde e instituições educacionais, promovendo uma abordagem abrangente para lidar com essa questão complexa.

2.1.4. Assim, a estruturação de um espaço físico adequado é essencial para realização de formação sociopolítica a fim de incentivar o crescimento pessoal, desenvolver políticas de enfrentamento à violência e estimular o empoderamento das mulheres que se encontram em situação de violência e/ou vulnerabilidade social.

2.1.5. No âmbito dos atendimentos, a estratégia é o fortalecimento de cada mulher enquanto cidadã titular de direitos e políticas específicas. Diante ao exposto, torna se essencial a aquisição de itens diversos para atender as demandas da Secretaria da Mulher, destinando à utilização no Centro de Referência Maria Neuma da Silva Lira, em conformidade ao Convênio nº 952162/2023.

2.1.6. Destaca-se, ainda, que a descrição e toda justificativa pormenorizada para referida aquisição encontra-se disposta no **tópico 02 do Estudo Técnico Preliminar** que subsidia sua formalização, tendo como fulcro o evidenciamento da necessidade a ser resolvida, apontando a melhor solução para a administração pública, considerando ainda, a viabilidade técnica e econômica da contratação.

2.2. JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO ESTIMADO

2.2.1. Os quantitativos presentes no presente Termo de Referência, foram estipulados conforme detalhamento de necessidade presente em Estudo Técnico Preliminar - **Tópico 7 do Estudo Técnico Preliminar**), bem como em quantidades estabelecidas no Convênio nº 952162/2023, celebrado entre o município de Caruaru e o Ministério das Mulheres.

2.3. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

2.3.1. A justificativa da escolha da solução a ser licitada encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (**Tópico 5 do Estudo Técnico Preliminar**).

3. DO CRITÉRIO DE JULGAMENTO E MODO DE DISPUTA

3.1. O objeto desta contratação não se enquadra como bens de luxo, conforme disposto no Decreto nº 065, de 29 de agosto de 2023, e são classificados como de natureza comum, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

3.2. Os materiais a serem adquiridos se classificam como bens de natureza comum, nos termos do XIII, do artigo 6º, da Lei 14.133/2021 e do art. 2º, incisos I e II do Decreto nº 065, de 29 de agosto de 2023;

3.3. O critério de julgamento será pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**, com julgamento unitário, permitindo que um número maior de interessados participe da disputa, o que, em decorrência, aumenta a competitividade e viabiliza a obtenção de melhores propostas.

3.3.1. O modo de disputa a ser utilizado é o **ABERTO**;

3.4. A modalidade escolhida será o **PREGÃO** em sua forma **ELETRÔNICA**.

3.5. A combinação dos parâmetros modalidade de licitação, critério de julgamento e modo de disputa descritos neste Termo de Referência se mostram adequados e eficientes para seleção apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, uma vez que melhor se adequam ao objeto pretendido.

4. DA PREVISÃO DA VEDAÇÃO DE EMPRESAS SOB A FORMA DE CONSÓRCIO

4.1. De acordo com o art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação de empresas reunidas em consórcio poderá ser vedada, segundo discricionariedade da Administração, com base em justificativa técnica que leve em consideração as peculiaridades do caso concreto.

4.2. Nesse sentido, o Acórdão nº 1.240/2008 – Plenário do TCU:

A regra, no procedimento licitatório, é a participação de empresas individualmente em disputa umas com as outras, permitindo-se a união de esforços quando questões de alta complexidade e de relevante vulto impeçam a participação isolada de empresas com condições de, sozinhas, atenderem todos os requisitos de habilitação exigidos no edital, casos em que a participação em consórcio ampliaria o leque de concorrentes. A lei deixa à discricionariedade administrativa a

SECRETARIA DA MULHER -SEMU

decisão de permitir a participação no certame de empresas em consórcio, porém ao permitir a Administração deverá observar as disposições contidas no Art. 33, lei 8.666/93, não podendo estabelecer condições não previstas expressamente na Lei, mormente quando restritivas ao caráter competitivo da licitação (grifo nosso).

4.3. No mesmo sentido também se pode citar o Acórdão nº 2.831/2012 – Plenário do TCU:

A jurisprudência deste Tribunal já se firmou no sentido de que a admissão ou não de consórcio de empresas em licitações e contratações é competência discricionária do administrador, devendo este exercê-la sempre mediante justificativa fundamentada. Não obstante a participação de consórcio seja recomendada sempre que o objeto seja considerado de alta complexidade ou vulto, tal alternativa também não é obrigatória. **Devem ser consideradas as circunstâncias concretas que indiquem se o objeto apresenta vulto ou complexidade que torne restrito o universo de possíveis licitantes. Somente nessa hipótese, fica o administrador obrigado a autorizar a participação de consórcio de empresas no certame, com o intuito precípua de ampliar a competitividade e proporcionar a obtenção da proposta mais vantajosa.**

4.4. Além disso, no caso vertente, não se faz presente a premissa da complexidade e do grande vulto do objeto, uma vez que se trata de contratação de baixa complexidade operacional, cujo objeto é **AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS: (ELETRODOMESTICOS, ELETROELETRONICOS, EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E MÓVEIS)**, também não está presente o grande vulto da contratação, pois não há riscos financeiros consideráveis na aquisição pretendida.

4.5. Por todo o exposto, conclui-se que a vedação da participação de empresas sob a forma de consórcio é a medida que melhor atende o interesse público, por prestigiar os princípios da competitividade, economicidade e moralidade, estando justificada a vedação da participação de empresas em consórcio, conforme orientação dos Acórdãos TCU Plenário nº 1.240/2008 e nº 2.831/2012.

5. DA SOLUÇÃO COMO UM TODO E DA NECESSIDADE DE CATÁLOGO

5.1 Com o objetivo de suprir as necessidades administrativas da Prefeitura Municipal de Caruaru-PMC, em especial quanto o ao Convênio nº 952162/2023, celebrado entre o município de Caruaru e o Ministério das Mulheres, a empresa a ser contratada deverá atender às especificações técnicas contidas no ETP, neste documento, edital e seu anexos.

5.2 Os objetos deverão ser entregues livres de qualquer ônus, como despesas de fretes, impostos, seguros e todas as demais despesas necessárias.

5.3. As propostas deverão ser elaboradas conforme as especificações contidas no anexo I:

5.4. Os itens deverão ter as suas especificações impressas nos produtos ou nas

SECRETARIA DA MULHER -SEMU

embalagens dos produtos.

5.5. Faz parte da presente especificação, no que for aplicável, a norma do fabricante, bem como as normas pertinentes à ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

5.6. Os itens deverão ser entregues estando livres de quaisquer ônus ou avarias, acondicionados, quando assim for, conforme praxe do fabricante, garantindo a integridade do uso. Rotulando-os conforme legislação em vigor, contemplando a descrição técnica do material. E também deverá atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e demais legislações que possam ser aplicadas ao caso concreto.

5.7. O preço proposto deverá incluir todos os custos envolvidos na aquisição, tais como impostos, fretes, seguros, taxas e quaisquer outros encargos incidentes sobre o objeto licitado.

5.8. Após a adjudicação, os produtos ofertados **não poderão ser substituídos** por itens de marcas diferentes, **exceto** em casos de produtos comprovadamente similares ou superiores em qualidade, desde que haja justificativa por escrito, devidamente fundamentada e aceita pela **Secretaria Gestora do Contrato**, desde que tal substituição represente vantagem para a Administração.

5.9. Ao apresentar sua proposta, a licitante deverá observar os valores máximos unitários e totais de referência, conforme mapa de preços elaborado pela Gerência de Compras e anexo a este Termo de Referência.

5.10. Para comprovar o atendimento aos requisitos técnicos dos produtos a serem adquiridos, serão exigidos dos licitantes vencedores a apresentação de **catálogo/folder/prospecto**, emitido pela fabricante dos produtos, em língua portuguesa;

5.10.1. Justifica-se a exigência de catálogo, com o intuito de assegurar que os produtos ofertados atendam aos critérios de qualidade, composição, características técnicas e adequação às necessidades da administração municipal. A medida visa garantir que os itens sejam compatíveis com o uso pretendido, observando parâmetros de segurança, eficiência e durabilidade, de forma a evitar o fornecimento de produtos de baixa qualidade que possam comprometer a saúde, o bem-estar, a dignidade e a efetividade dos serviços prestados à população.

5.11. Para fins de validação e verificação, e em observância ao princípio da eficiência, a Comissão poderá realizar diligência eletrônica em sítios oficiais de fabricantes ou bases públicas de referência técnica, com registro nos autos.

5.12. O produto ofertado deverá ser acondicionado conforme praxe do fabricante, garantindo sua integridade até o uso. Rotulado conforme legislação em vigor. O produto ofertado deverá atender aos dispositivos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações.

5.13. Os quantitativos evidenciados no presente Termo de Referência - TR, foram

SECRETARIA DA MULHER -SEMU

discriminados em tópico próprio presente em Estudo Técnico Preliminar - ETP, contido na primeira etapa de planejamento.

5.14. A licitante que entregar produtos diferentes daqueles apresentados no catálogo incorrerá nas sanções previstas na lei 14.133/21, independente da obrigatoriedade de substituição dos produtos no prazo estabelecido neste Termo de referência.

6. DAS INFORMAÇÕES SOBRE OS PRODUTOS

6.1. A secretaria demandante poderá solicitar às empresas participantes do certame informações adicionais para esclarecer dúvidas e subsidiar as decisões relacionadas ao julgamento, considerando as propostas de preços apresentadas.

7. DO VALOR DE REFERÊNCIA**7.1. VALOR REFERENCIAL**

7.1.1. O valor estimado para aquisição dos bens está expresso no mapa comparativo de preços elaborado pela Gerência de Compras da SAD, realizadas de acordo com o Decreto Municipal nº 080/2023, anexo ao processo. O valor total foi estimado em **R\$157.632,28 (cento e cinquenta e sete mil, seiscentos e trinta e dois reais e vinte e oito centavos)**, conforme demonstrado expressamente no mapa de preços em anexo.

7.1.2 Os valores unitários estabelecidos no Mapa Comparativo de Preços são considerados valores de referência para fins de julgamento de proposta de preços deste processo licitatório, de modo que não serão aceitos/homologados valores unitários superiores aos respectivos valores estabelecidos no Mapa de Preços estimado.

7.1.3 Os custos com transporte, carga e a descarga dos materiais correrão por conta do(s) licitante(s) vencedor(es), devendo constar na proposta, sem qualquer custo adicional solicitado posteriormente a Prefeitura.

7.2. FORMA DE PAGAMENTO

7.2.1. Os pagamentos serão efetuados mediante crédito em conta corrente da contratada, por ordem bancária, em até 30 (trinta) dias consecutivos, a partir da liquidação da despesa no sistema contábil, atendendo ao disposto no art. 16 do Decreto Municipal nº 112, de 26 de dezembro de 2024, desde que mantidas as condições iniciais de habilitação e não haja fato impeditivo para o qual tenha concorrido à adjudicatária.

7.2.2. Os pagamentos serão efetuados integralmente, em correspondência com os produtos efetivamente fornecidos no mês anterior ao do pagamento;

7.2.3. A nota fiscal devidamente atestada deverá ser apresentada na Secretaria da Mulher: Rua Padre Felix Barreto, 71, Maurício de Nassau, Caruaru - PE.

7.3.1. A nota fiscal deverá mencionar o número do Convênio da seguinte forma: “Referente à execução do objeto do Termo de Convênio nº 952162/2023, celebrado entre o município de Caruaru e o Ministério das Mulheres”

SECRETARIA DA MULHER -SEMU

7.2.4. Por ocasião do pagamento a contratada deverá apresentar ainda:

- a) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, comprovando regularidade com o FGTS;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, expedida pela Secretaria da Receita Federal;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, expedida pela Justiça do Trabalho, comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho;
- d) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede da contratada.

7.2.5. O pagamento será realizado, após a apresentação pela Contratada da nota fiscal devidamente preenchida e indicação do banco, agência e conta bancária da vinculados ao mesmo CNPJ constante do contrato.

7.2.6. É vedado o pagamento antecipado, sob qualquer hipótese.

7.2.7. Nenhum pagamento será efetuado à adjudicatária enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou à atualização monetária.

7.2.8 A nota fiscal que for apresentada com erro, ou observada qualquer circunstância que desaconselhe o pagamento, será devolvida à contratada para correção e nesse caso, o prazo previsto no subitem 8.2.1 será interrompido. A contagem do prazo previsto para pagamento será iniciada a partir da respectiva regularização.

7.2.9. Eventuais atrasos nos pagamentos imputáveis à contratada não gerarão direito a qualquer atualização.

7.2.10. A adjudicatária não poderá apresentar nota fiscal/fatura com CNPJ/MF diverso do registrado no Contrato.

7.3. REAJUSTE

7.3.1. Não será concedido reajuste ou correção monetária ao valor do objeto, exceto quando, após o período de 12 (doze) meses iniciais de vigência do Contrato, houver prorrogação da Ata/Contrato, hipótese na qual os preços poderão ser reajustados com base no Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, fornecido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), apurado desde a data do orçamento estimado, em consonância com o artigo 92, § 3º, da Lei nº 14.133/2021.

7.3.2. Em conformidade com o Acórdão nº 1894/2024 do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE/PE), quando for o caso, o pedido de reajuste deverá ser formalmente requerido pela Contratada antes da assinatura do termo aditivo de prorrogação da vigência do contrato, acompanhado da documentação necessária para a análise do pleito.

SECRETARIA DA MULHER -SEMU

7.3.3. A aceitação da prorrogação do Contrato sem a formalização do reajuste ou a ausência de requerimento tempestivo implicará na preclusão do direito ao reajuste referente ao período prorrogado, não sendo admitidas solicitações retroativas.

7.3.4. Fica assegurado o reequilíbrio econômico-financeiro do Contrato, mediante superveniência de fato imprevisível ou alteração de custos que inviabilize a execução do objeto pelos preços consignados, nos termos do art. 124, I, “d”, da Lei nº 14.133/2021, mediante solicitação da fornecedora, cuja pretensão deverá estar suficientemente comprovada através de documentos hábeis.

7.3.5 Qualquer revisão de preços registrada será formalizada mediante termo aditivo ao Contrato, podendo ser solicitada nova planilha de composição de custos e formação de preço, quando necessário.

8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO, INCLUINDO PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO

8.1 A aquisição será efetuada **INTEGRALMENTE** após a emissão da Ordem de Fornecimento, gerada pelo Setor Responsável da Secretaria da Mulher de Caruaru e enviada por meio eletrônico. Os produtos deverão ser entregues no endereço e horário indicados a seguir:

a) **Local de entrega:** Av Portugal, 185 – Universitário – Caruaru/PE.

b) **Dias e horário de entrega:** Segunda a sexta feira, das 8h às 16h.

8.2 Caso a mudança do local de entrega seja necessária, a secretaria deverá informar o novo endereço, quando da emissão da ordem de fornecimento.

8.3 O prazo de entrega será de até **15 (quinze) dias consecutivos**, contado da data do recebimento da Ordem de Fornecimento.

8.3.1 O prazo de entrega poderá ser prorrogado a pedido justificado da Adjudicatária/contratada.

8.4 O material será recebido somente por pessoa credenciada e autorizada pela secretaria, que procederá à conferência com base na Ordem de Fornecimento, emitida pelo setor responsável.

8.5 Na hipótese de a verificação do subitem 9.3 não ser realizada dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

8.6. Caso os materiais fornecidos não atendam às especificações exigidas neste Termo de Referência, a contratada estará obrigada a realizar sua substituição, sem ônus para o Município de Caruaru, não implicando tal substituição em renúncia às sanções cabíveis previstas na legislação vigente e neste instrumento.

SECRETARIA DA MULHER -SEMU

8.6.1. Quando a não conformidade dos itens não comprometer de forma imediata as atividades a serem executadas, a substituição deverá ocorrer no prazo máximo de **05 (cinco) dias úteis**, contados a partir do recebimento formal da notificação por parte da Administração.

8.6.2. Quando a não conformidade do item comprometer ou paralisar as atividades essenciais vinculadas ao objeto contratual, a substituição deverá ocorrer em até **72 (setenta e duas) horas**, contadas a partir do recebimento da notificação.

8.7. Os objetos serão recebidos da seguinte forma:

- a) **PROVISORIAMENTE** – No ato da entrega do objeto, por servidor designado pelo órgão demandante para posterior conferência de sua conformidade com as especificações do Edital, da proposta e do contrato. Não havendo qualquer impropriedade explícita, será atestado o RECEBIMENTO.
- b) **DEFINITIVAMENTE** – Em até 15 (**quinze**) dias, após o recebimento provisório; mediante “**ATESTO**” na nota fiscal/fatura; após, a comprovada adequação aos termos da proposta e do contrato, desde que não se verifiquem defeitos ou imperfeições.

8.8. Aplicam-se aos recebimentos provisório e definitivo, as demais condições estabelecidas no artigo 140, da Lei Federal nº 14.133/21.

8.9. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8.10. São de responsabilidade do fornecedor os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da execução dos serviços.

8.11. Os produtos definidos neste Termo de Referência deverão ser novos e originais, livres de defeitos, imperfeições e outros vícios, em embalagens originais dos fabricantes, adequadas para proteger seu conteúdo contra danos durante o transporte até o local de entrega;

8.12. Deverão ser fornecidos os itens especificados, observando-se, rigorosamente, as características especificadas neste Termo de Referência.

8.13. Caso seja exigível ao caso, o prazo de garantia do material informado pelo fabricante na embalagem, não poderá ser inferior a 12 (doze) meses, contado do recebimento definitivo dos produtos.

8.14. São de responsabilidade do fornecedor os padrões adequados de segurança e qualidade, cabendo-lhe sanar quaisquer irregularidades detectadas quando da utilização dos produtos.

8.15. O produto ofertado deverá ser acondicionado conforme praxe do fabricante, garantindo sua total integridade até o uso. Rotulado conforme legislação vigente. O

produto ofertado deverá atender aos dispositivos da lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) e às demais legislações vigentes.

8.16. Todas as despesas decorrentes do fornecimento do material, incluindo transporte, tributos, frete, carregamento, descarregamento, encargos trabalhistas, previdenciários, seguros e quaisquer outros custos diretos ou indiretos, correrão por conta exclusiva da contratada.

8.17. O descumprimento injustificado dos prazos estabelecidos nos subitens 9.3 e 9.6.1 e 9.6.2. poderá ensejar a aplicação das sanções previstas no **ITEM 22**, sem prejuízo da responsabilidade por eventuais danos causados à Administração.

9. DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA

9.1. Os mobiliários e eletrodomésticos deverão ter garantia, contra defeitos de fabricação de qualquer parte ou peça, a partir da data de entrega definitiva, **pelo prazo mínimo de 12 (doze) meses.**

9.2. Durante o período da garantia, a contratada prestará serviços de assistência técnica aos equipamentos, através de manutenção corretiva, sem ônus para o órgão contratante;

9.3. A garantia deverá cobrir reposição de peças e acessórios, inclusive as peças de desgaste natural, despesas com mão de obra e transporte.

9.4. Para acionamento da garantia, a Contratada deverá ser disponibilizar uma Central de Atendimento para abertura de chamados técnicos;

9.5. O atendimento será realizado nas instalações do Contratante, das 8h às 12h e das 14h às 18h, de segunda-feira a sexta-feira, exceto feriados.

9.6. O tempo máximo para reparar o equipamento ou fornecer outro em substituição é de 72 (setenta e duas horas) após abertura do chamado técnico;

9.7. Após cada atendimento a contratada deverá apresentar à Contratante um relatório descrevendo os problemas, defeitos e procedimentos tomados para a realização dos reparos, devendo constar também informações de data, local, usuário e funcionário que atendeu ao chamado.

10. DO PRAZO DE VIGÊNCIA E DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

10.1. DO PRAZO DE VIGÊNCIA CONTRATUAL

10.1.1 O prazo de vigência do contrato será de 1 (um) ano, contado a partir da assinatura do instrumento contratual, e poderá ser prorrogado por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, conforme estabelece o art. 84. da Lei 14.133/21.

10.1.2 . As disposições contratuais, incluídos os prazos e condições para a execução do contrato, serão aquelas estabelecidas no instrumento contratual.

10.2. DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.2.1. O objeto do presente Termo de Referência será fiscalizado e recebido de acordo com o disposto no art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021.

10.2.2. O acompanhamento e gestão do contrato ficará a cargo da servidora da Secretaria da Mulher, **Karla Morgana de Barros Ferreira**, com **matrícula nº 56013-9** e como suplente, a servidora **Emiliane de Melo Gomes** com **matrícula nº 56212-7**. A **fiscalização** do contrato ficará a cargo da servidora da Secretaria da Mulher, **Bruna Rafaelly Bezerra**, com **matrícula nº 56013-6** e como suplente, a servidora **Raiane Alves de Lira** com **matrícula nº 56211-1**.

10.2.3. O Gestor e o Fiscal, inclusive os suplentes, assinarão o Termo de Ciência e Responsabilidade do Servidor Designado, conforme estabelecido no Anexo IV da Instrução Normativa nº 002, de 14 de julho de 2023, aprovada pelo Decreto nº 050/2023.

10.2.4. As atribuições e responsabilidades dos Gestores e Fiscais dos Contratos se encontram pormenorizadas, respectivamente, no disposto nos arts. 16 e 17 da Instrução Normativa nº 002, que institui procedimentos de fiscalização e acompanhamento quanto à execução dos contratos administrativos perante os Órgãos da Administração Direta e Indireta do Município de Caruaru, aprovada por meio do Decreto nº 50, ambos de 14 de julho de 2023, e são de pleno conhecimento dos profissionais designados.

10.2.5. A fiscalização de que trata este item não exclui, nem reduz a responsabilidade da Adjudicatária, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 117, da Lei nº 14 1333 de 2021.

11. PREVISÃO E CONDIÇÕES DE PRESTAÇÃO DA GARANTIA CONTRATUAL

11.1. Nos termos do art. 96 da Lei nº 14.133/2021, a exigência de garantia contratual constitui faculdade da Administração, devendo ser adotada de forma motivada, proporcional e compatível com o grau de risco, a complexidade do objeto e o potencial impacto da inexecução contratual sobre o interesse público.

11.2. No presente caso, visando a execução do ao Convênio nº 952162/2023, celebrado entre o município de Caruaru e o Ministério das Mulheres a qual tem por objeto o fornecimento de equipamentos diversos (Equipamentos eletroeletrônicos, Equipamentos de informática, eletrodomésticos e mobiliário), caracterizados como um bem comum, padronizados, amplamente disponíveis no mercado e de baixa complexidade técnica e operacional, não demandando mobilização de estrutura produtiva específica, tecnologia especializada ou integração de competências empresariais que justifiquem a imposição de garantia adicional como instrumento de mitigação de risco.

11.3. Assim, sob a ótica da economicidade e da competitividade, a exigência de garantia contratual, em contratações de fornecimento comum e de valor unitário relativamente reduzido, tende a onerar desnecessariamente os licitantes, especialmente micro e

pequenas empresas, com reflexos potenciais na redução da concorrência e no encarecimento das propostas, em afronta indireta aos princípios da ampla competitividade e da seleção da proposta mais vantajosa, consagrados no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

11.4. A doutrina administrativa orienta que a garantia deve ser exigida apenas quando a natureza do objeto ou o nível de risco justificar a adoção desse instrumento como salvaguarda do interesse público. Nesse sentido, Marçal Justen Filho assevera que a garantia contratual “**não constitui requisito automático, devendo ser afastada quando os mecanismos ordinários de fiscalização, sanção e pagamento condicionado se revelarem suficientes para assegurar o adimplemento das obrigações**” (*Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos*, 2023).

11.5. Diante desses fundamentos, conclui-se que a **NÃO EXIGÊNCIA DE GARANTIA CONTRATUAL** se revela medida proporcional, razoável e alinhada ao interesse público, por preservar a competitividade do certame, evitar ônus financeiro desnecessário aos fornecedores, especialmente aos de menor porte, e manter níveis adequados de proteção ao erário por meio da fiscalização contínua, do recebimento formal dos bens e da vinculação do pagamento à efetiva execução contratual.

12. JUSTIFICATIVA PARA VEDAÇÃO DA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO OU CONDIÇÕES PARA SUBCONTRATAÇÃO DO OBJETO

12.1. Não será permitida a subcontratação de qualquer parcela do objeto da presente licitação, uma vez que, em pesquisa ao mercado, foi constatado que o serviço pretendido no certame pode ser prestado na sua integralidade por qualquer empresa do ramo, sem que se demande especialização, concentração de mercado ou racionalização de atividades que inviabilizam tal execução. Ademais, neste caso, a subcontratação não se mostra vantajosa técnica e economicamente para a Administração Pública

13. DA LEGISLAÇÃO, NORMAS E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

13.1 DA LEGISLAÇÃO

13.1.1 A Contratada será responsável pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto do contrato, inclusive por suas subcontratadas e fornecedores.

13.2. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

13.2.1. Na execução do contratado, a empresa contratada deverá entregar o produto obedecendo rigorosamente os seguintes requisitos:

13.2.2. Às normas e especificações constantes deste termo de referência e o Estudo Técnico Preliminar;

13.2.3. Às normas da ABNT;

13.2.4. Às disposições legais Municipais e Estaduais;

13.2.5. Aos regulamentos das empresas concessionárias;

- 13.2.6.** Às prescrições e recomendações dos fabricantes;
- 13.2.7.** Às normas internacionais consagradas, na falta das normas da ABNT;
- 13.2.8.** Às normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho;
- 13.2.9.** Às normas do Código de Defesa do Consumidor.
- 13.3.** As informações complementares a respeito dos requisitos da contratação estão previstas no tópico 4 do Estudo Técnico Preliminar, e no Edital da licitação.

14. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

14.1 Poderão participar desta licitação os interessados que atendam a todas as condições exigidas neste Termo de Referência e seus anexos.

14.2 Será **VEDADA** a participação de empresas nas seguintes condições:

- 14.2.1.** Licitantes que, dentre seus dirigentes, responsáveis técnicos ou legais, figure como ocupante de cargo comissionado ou detentor de emprego ou função pública na Administração Direta e Indireta de Caruaru;
- 14.2.2.** Empresa cujo objeto social não seja compatível com o objeto deste TR;
- 14.2.3.** Consórcios, grupos ou agrupamentos de pessoas jurídicas ou físicas e jurídicas;
- 14.2.4.** Empresa suspensa de participar de licitação e impedida de contratar com o Município de Caruaru/PE, durante o prazo da sanção aplicada;
- 14.2.5.** Licitantes declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública e/ou punidos com suspensão do direito de licitar ou contratar com a Administração Pública;
- 14.2.6.** Sociedade estrangeira não autorizada a funcionar no País;
- 14.2.7.** Empresas que possuam sócio, diretor ou responsável técnico que tenha tido vínculo empregatício com o Município há menos de 06 (seis) meses anteriores à data da sessão de abertura do certame;
- 14.2.8.** Empresas que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação. As licitantes que estiverem em recuperação judicial devem, na fase de habilitação, apresentar o plano de recuperação já homologado em juízo, devendo este ser comprovado por certidão emitida pela instância judicial competente que certifique que a empresa está apta econômica e financeiramente a cumprir com as obrigações a serem assumidas;
- 14.2.9** Que tiverem controle societário ou sócio comuns, independente da participação societária, com outro proponente ou com empresa integrante;
- 14.2.10.** Pessoas naturais, individualmente ou reunidas em cooperativa de trabalho, ou qualquer outra forma de associação.

15. DAS AMOSTRAS

15.1. Como diretriz geral deste procedimento, a Administração **Municipal NÃO solicitará a apresentação de amostras**, por se tratar de objeto classificado como bem comum, padronizado e amplamente disponível no mercado, cujas características técnicas e requisitos de qualidade podem ser plenamente aferidos por meio de **catálogos oficiais do fabricante, laudos técnicos, certificações**, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade e da ampla competitividade, previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

16. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA¹

16.1. Em razão da natureza comum, padronizada e amplamente disponível no mercado do objeto desta contratação, **fica dispensada a exigência de atestados de capacidade técnica**, por não se revelar necessária à aferição da aptidão dos licitantes, nos termos do art. 67 da Lei nº 14.133/2021, observado o princípio da proporcionalidade e da competitividade.

17. DA NÃO EXIGÊNCIA DE BALANÇO PATRIMONIAL PARA FINS DE HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

17.1. A exigência de balanço patrimonial e demonstrações contábeis, prevista no art. 69, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, constitui faculdade da Administração Pública e deve ser aplicada de forma proporcional à natureza, à complexidade e ao risco da contratação.

17.2. No presente certame, cujo objeto consiste no fornecimento visando a execução do ao Convênio nº 952162/2023, celebrado entre o município de Caruaru e o Ministério das Mulheres a qual tem por objeto o fornecimento de equipamentos diversos (Equipamentos eletroeletrônicos, Equipamentos de informática, eletrodomésticos e

¹ Os critérios de habilitação técnica, conforme o art. 67 da Lei 14.133/2021, têm como objetivo comprovar que o licitante possui a qualificação necessária para a execução satisfatória do objeto da contratação. De acordo com as orientações do TCU, esses critérios referem-se a aspectos específicos do licitante e não devem ser confundidos com os critérios técnicos de aceitabilidade da proposta, que estão relacionados diretamente ao objeto da contratação. Desse modo, as exigências relativas à qualificação técnica são estabelecidas em conformidade com os princípios da Lei nº 14.133/2021, especialmente aqueles que asseguram a isonomia, a economicidade, a seleção da proposta mais vantajosa e a eficiência na contratação pública. A definição desses critérios considerou a necessidade de garantir a execução adequada do objeto, evitando restrições desproporcionais que possam limitar indevidamente a participação de potenciais interessados no certame, respeitando os princípios da razoabilidade e proporcionalidade, de acordo com a complexidade do objeto. Sobre o tema, Marçal Justen Filho na obra “Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/2021” preceitua: “Quanto maior a complexidade, quanto mais problemática a execução da prestação, quanto mais essenciais as necessidades a serem atendidas, tanto mais severos serão os requisitos de habilitação. Quanto menor a dificuldade na execução da prestação, quanto mais difundidas as técnicas necessárias para executar adequadamente o objeto, tanto menores serão os requisitos de habilitação. Ressalte-se que o próprio elenco das circunstâncias relevantes para a determinação dos requisitos de habilitação é variável em cada caso. (Justen Filho, Marçal - Comentários à Lei de Licitações e Contratações Administrativas: Lei nº 14.133/2021 - São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2021, p. 777). Dessa forma, ao estabelecer os requisitos de habilitação previstos, a Administração Municipal assegura a eficiência da contratação, alinhando-se ao interesse público e às diretrizes de competitividade mercadológica estabelecidas pela legislação vigente.

SECRETARIA DA MULHER -SEMU

mobiliário), produtos tidos como bem de natureza comum, padronizados e amplamente ofertados no mercado, não se verifica a necessidade de aferição aprofundada da capacidade econômico-financeira dos licitantes por meio de demonstrações contábeis formais. O fornecimento ocorrerá de forma integral, como forma de execução plena do convênio ora celebrado, o que reduz significativamente a exposição financeira da Administração e mitiga riscos de inadimplemento.

17.3. A adoção dessa diretriz busca preservar a competitividade, ampliar a participação de microempresas e empresas de pequeno porte e assegurar a observância dos princípios da isonomia, da razoabilidade e da seleção da proposta mais vantajosa, nos termos do art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

17.4. O entendimento encontra respaldo no Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, que firmou orientação no sentido de que a exigência de balanço patrimonial representa o limite máximo e não o patamar mínimo obrigatório da habilitação econômico-financeira, cabendo à Administração, mediante motivação, dimensionar os requisitos de acordo com a complexidade do objeto (TCE/PE, Acórdão T.C. nº 1034/2025, Primeira Câmara).

17.5. Dessa forma, para fins de habilitação econômico-financeira, reputam-se suficientes as exigências de regularidade fiscal, trabalhista e jurídica, bem como a apresentação de declaração de inexistência de falência ou recuperação judicial, nos termos do art. 69, incisos II a V, da Lei nº 14.133/2021, ficando expressamente afastada, de maneira motivada, a exigência de balanço patrimonial.

18. DA FONTE DE RECURSOS

18.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento para o exercício de 2026, na classificação abaixo:

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Caruaru

Órgão orçamentário: 30000 - SECRETARIA DA MULHER

Unidade orçamentária: 30001 - SECRETARIA DA MULHER

Função: 14 - Direitos da Cidadania

Subfunção: 422 - Direitos Individuais, Coletivos e Difusos

Programa: 1101 - PROGRAMA EMPREGO, RENDA E AVANÇO

Ação: 1.132 - Aquisição de Equipamentos e Execução de Obras - Programa Profissionaliza + Mulher que Faz

4.4.90.52.00 Equipamentos e Material Permanente

Fonte de recurso: 117 - MSC - 1.700.0000 Recursos de Convênios do Governo Federal - 1.700.0000

Ação: 2.172 - Programa Profissionaliza + Mulher - Trabalho, Autonomia Econômica e Formação de Mulheres da Cidade e do Campo

3.3.90.30.00 Material de Consumo

Fonte de recurso: 117 - MSC - 1.700.0000 Recursos de Convênios do Governo Federal - 1.700.0000

19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

19.1. Fornecer o objeto no prazo e na forma de entrega estabelecidos neste Termo de Referência e na proposta, com indicações referentes à marca/fabricante, ficando sujeita à multa estabelecida no contrato, bem como às prescrições da Lei das Licitações e Contratos Administrativos e da legislação pertinente, respondendo pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;

19.2. Apresentar, no caso de interrupção ou atraso na entrega do objeto, justificativa, por escrito, em até 24 (vinte e quatro) horas contadas a partir do prazo dado no item 4.3 a fim de que sejam adotadas as devidas providências, sem impedimento das sanções previstas no Contrato e na lei regente da matéria.

19.3. Responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do **CONTRATANTE**, ou ainda a terceiros, durante a execução do CONTRATO, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo **CONTRATANTE**.

19.4. Comunicar ao **CONTRATANTE** qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos solicitados.

19.5. Efetuar a entrega de acordo com as necessidades e o interesse do **CONTRATANTE**, no prazo estabelecido, e impedir que terceiros forneçam o objeto deste Termo de Referência.

19.6. Responsabilizar-se pela troca, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, dos itens que, porventura, estejam fora das especificações e/ou prazo de garantia ou com embalagem violada ou danificada.

19.7. Assumir a responsabilidade por todos os gastos com encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que os seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com o **CONTRATANTE**.

19.8. Assumir todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste Termo de Referência, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

19.9. Responsabilizar-se por todos os encargos fiscais e comerciais resultantes desta contratação.

19.10. A inadimplência da **CONTRATADA**, com referência aos encargos estabelecidos no item anterior, não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao **CONTRATANTE**, nem pode onerar o objeto deste Termo de Referência, razão pela qual a **CONTRATADA** renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o **CONTRATANTE**.

19.11. Aceitar, nas mesmas condições de sua proposta, os acréscimos ou supressões do objeto ora contratado, que porventura se fizerem necessários, a critério da Contratante;

19.12. Prestar esclarecimentos ao Contratante, quando solicitado, no que for referente à execução e a quaisquer ocorrências relacionadas aos produtos/serviço.

20. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

20.1. Permitir o acesso dos empregados da **CONTRATADA** suas dependências para a entrega do objeto.

20.2. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes que venham a ser solicitados pelo representante da **CONTRATADA**.

20.3. Promover o recebimento do objeto contratual nos prazos fixados para tal, o que em nenhuma hipótese eximirá a **CONTRATADA** da responsabilidade civil, administrativa, tributária, trabalhista e penal.

20.4. Notificar a **CONTRATADA** por escrito, sobre quaisquer irregularidades constatadas, solicitando a regularização das mesmas.

20.5. Solicitar a troca do item que não atender às especificações do objeto contratado.

20.6. Solicitar a entrega do objeto deste Termo de Referência mediante a expedição de Ordem de Fornecimento.

20.7. Devolver, no todo ou em parte, o produto que não estiver com boa apresentação ou sem condições de ser consumido.

20.8. Efetuar os pagamentos na forma convencionada.

20.9. Fornecer atestado de capacidade técnica quando solicitado, desde que atendidas às obrigações contratuais;

20.10 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculadas à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

21.1. Para apuração de infrações e de aplicação de sanções administrativas a licitantes e contratados, de que trata o art. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, no âmbito do Administração Pública direta e indireta do Município de Caruaru, deverão ser observadas as disposições regulamentadas pelo Decreto Municipal nº 080, de 30 de julho de 2024.

21.2. Nas contratações realizadas no âmbito da Administração Pública Municipal de Caruaru, é obrigatória a instauração de procedimento administrativo para aplicação das

SECRETARIA DA MULHER -SEMU

sanções cabíveis quando constatada a prática injustificada das seguintes condutas previstas nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- V - não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- VI - não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- VII - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- VIII - apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- IX - fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- X - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- XI - praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- XII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

21.3. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas citadas as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa;
- III - impedimento de licitar e contratar;
- IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

21.3.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do subitem anterior poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II.

21.4. O cometimento de mais de uma infração em uma mesma licitação ou relação contratual, sujeitará o infrator às sanções cabíveis cumulativamente em que haja incorrido, observadas as disposições dos §1º e §2º do art. 12 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024

21.5. A sanção de advertência será aplicada nas hipóteses elencadas no art. 13 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

21.6. A sanção de multa será aplicada ao infrator por qualquer das infrações administrativas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, calculada na forma prevista no instrumento convocatório, no contrato ou em outro instrumento obrigacional, devendo observar os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

21.7. As sanções de impedimento de licitar e contratar, quando não se justificar a imposição de outra mais grave, serão aplicadas de acordo com as disposições contidas no artigo 16 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

SECRETARIA DA MULHER -SEMU

21.8. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas dispostas no art. 17 do Decreto nº 080, de 30 de julho de 2024.

21.9. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

21.10. A aplicação das sanções, em hipótese alguma, exime a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

21.11. Havendo indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 (Lei Anticorrupção) como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente para apuração da conduta típica em questão.

21.12. Nenhuma penalidade será aplicada sem o devido Processo Administrativo de Penalidade, que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/prestador, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021.

21.13. Na hipótese de abertura de processo administrativo destinado à apuração dos fatos e, se for o caso, aplicação de sanção à **licitante**, em decorrência de conduta vedada neste **Pregão**, as comunicações à **licitante** serão efetuadas por meio do endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado no credenciamento da empresa junto ao Sicaf

21.14. A **licitante** deverá manter atualizado o endereço de correio eletrônico (*e-mail*) cadastrado junto ao Sicaf e confirmar o recebimento de mensagens provenientes do Município de Caruaru-PE, não podendo alegar o desconhecimento do recebimento das comunicações por este meio como justificativa para se eximir das responsabilidades assumidas ou eventuais sanções aplicadas.

22. DA PROPOSTA

22.1. Deverão ser levados em consideração os elementos a seguir na elaboração das propostas:

22.1.1. As propostas deverão ter validade de, no mínimo, **60 (sessenta) dias**, contados da data de abertura da sessão pública a ser estabelecida no preâmbulo do Edital, independente de declaração da licitante.

22.1.2. Valor unitário e valor total dos itens, com apenas duas casas decimais após a vírgula;

22.2. Não se admitirá proposta que não observe a desoneração do ICMS quando se tratar de hipótese enquadrada na isenção prevista no Decreto Estadual nº 44.650/2017 (Convênio ICMS 73/04).

23. ALTERAÇÕES, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

23.1. A CONTRATADA deverá aceitar, nas mesmas condições estabelecidas neste instrumento, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários ao objeto contratual, limitados a 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

23.2. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo.

24. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1. O objeto licitado poderá, em seus contratos, sofrer acréscimos e supressões em conformidade com o estabelecido nos § 1º do art. 125 da Lei 14.133/21.

24.2. Os casos omissos neste Instrumento serão resolvidos pelas normas contidas no Edital e nos termos da legislação pertinente;

24.3. O Fornecedor fica obrigado a manter durante a execução deste instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação estipuladas para participação na licitação.

24.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Caruaru para discussões de litígios decorrentes do objeto desta especificação, com renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que se configure.

Caruaru, na data da assinatura eletrônica.

BRUNA RAFAELLY BEZERRA

Matrícula 56.013-6

GERENTE DE PROCESSOS

Secretaria da Mulher

ANEXO I - DESCRIÇÃO E QUANTIDADE DOS PRODUTOS

ITEM	DESCRIÇÃO RESUMIDA	UND	QTD
1.1	Lixeira metálica, armação em aço telado, acabamento em pintura eletrostática ou galvanizada, capacidade mínima 10 litros, máxima 12 litros. Uso interno.	UND	25
1.2	Estante de aço desmontável com 06 (seis) prateleiras ajustáveis; confeccionada em chapa de aço de alta resistência (mínimo chapa 24 ou 26 para prateleiras e chapa 14 ou 16 para colunas); reforço ômega em cada prateleira para garantir capacidade de carga mínima de 25kg a 30kg por nível (distribuídos); colunas em perfil L com furações para regulagem de altura das bandejas	UND	6
1.3	Cadeira fixa de uso universal, tipo interlocutor, com estrutura fabricada em tubo de aço carbono de seção circular com diâmetro de 7/8" e espessura de parede mínima de 1,20mm; estrutura com tratamento de superfície anticorrosivo	UND	10
2.1	Cafeteira elétrica residencial/comercial leve; capacidade para no mínimo 20 xícaras de café (aproximadamente 1,5 a 2 litros). Voltagem 220 V, corpo em plástico resistente ou aço inoxidável, filtro removível ou permanente, placa aquecedora, sistema cortapingos ou auto-corte, indicador de nível de água. Ref. Philco, Mondial, Cadence e Etc.	UND	2
2.2	Fogão doméstico de piso, com no mínimo 04 (quatro) queimadores, estrutura externa em chapa de aço com acabamento em pintura eletrostática ou aço inoxidável; mesa de alta resistência em aço inox ou vidro temperado, com trempes (grelhas) individuais ou duplas em aço esmaltado ou ferro fundido; acendimento automático total; queimadores com diferentes potências (rápido e semirrápidos) em alumínio ou aço; forno com capacidade mínima de 50 litros, revestimento interno autolimpante ou de fácil limpeza (easy clean), porta com visor amplo em vidro duplo temperado e puxador em aço ou alumínio resistente ao calor; sistema de segurança com válvula corta-gás no forno; botões de controle removíveis para facilitar a higienização; funcionamento a gás GLP, com classificação de eficiência energética "A" no Selo Procel/INMETRO (mesa e forno); pés elevados que permitam a limpeza do piso sob o móvel; garantia mínima de fábrica de 12 meses.	UND	1
2.3	Bebedouro de água refrigerado, tipo coluna (piso), com estrutura externa em chapa de aço pré-pintada ou aço inoxidável de alta resistência; sistema de refrigeração por compressor hermético silencioso, utilizando gás refrigerante ecológico	UND	2
2.4	Forno MicoondasForno micro-ondas de uso eletrodoméstico/administrativo, com capacidade interna mínima de 30 litros; acabamento externo em chapa de aço pintada ou aço inoxidável e porta com visor transparente e puxador ou botão de	UND	1

SECRETARIA DA MULHER -SEMU

	abertura; painel de controle digital com funções pré-programadas níveis de potência ajustáveis e função relógio; prato giratório em vidro temperado com diâmetro adequado à capacidade; eficiência energética comprovada pelo selo Procel "Classificação A" (INMETRO); trava de segurança eletrônica para bloqueio do painel; alimentação elétrica compatível com a rede local (127V ou 220V); potência mínima de consumo de 1200W; garantia mínima de fábrica de 12 (doze) meses; acompanhado de manual de instruções em português.		
2.5	Aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, com capacidade nominal de refrigeração de 12.000 BTUs/h; ciclo frio ou quente/frio (conforme necessidade da região); tecnologia de compressão variável (Inverter), que garanta maior economia de energia e menor nível de ruído; classificação energética "A" no Selo Procel/INMETRO conforme os novos índices de eficiência (IDRS)	UND	14
2.6	Aparelho de ar-condicionado tipo Split Hi-Wall, capacidade nominal de refrigeração de 18.000 BTUs/h; tecnologia Inverter com compressor de alta eficiência e baixo nível de ruído; classificação energética "A" no Selo Procel/INMETRO (padrão IDRS); ciclo de operação Frio (ou Quente/Frio, conforme demanda); fluido refrigerante ecológico	UND	6
3.1	Impressora multifuncional com tecnologia a laser; impressão monocromática ou colorida, resolução mínima 600 x 600 DPI, velocidade mínima 6 ppm, memória interna mínima 256 MB, conectividade USB 2.0 e Ethernet 10/100, bandeja compatível com papel A4 capacidade mínima 150 folhas, suporte a envelopes, papel timbrado e etiquetas. Scanner/cópia opcionais conforme modelo. Alimentação elétrica compatível com rede local. Ref. HP, Brother, Canon e Etc.	UND	6
3.2	Tablet com tela mínima de 10,1 polegadas, memória RAM mínima 4 GB, armazenamento interno mínimo 64 GB, slot para expansão por cartão MicroSD (até pelo menos 256 GB, se suportado), processador octa-core ou equivalente, câmera frontal mínima 5 MP, câmera traseira mínima 8 MP, conectividade Wi-Fi e Bluetooth, sistema operacional Android (ou equivalente de mercado), autonomia mínima para 6-8 horas. Uso para aplicações administrativas, acesso a sistemas e navegação. Ref. Samsung, Lenovo e Etc.	UND	10
3.3	Fechadura eletrônica para portas internas, abertura por senha (PIN), cadastro para no mínimo 20 usuários, alimentação por pilhas ou bateria recarregável com aviso de bateria fraca, travamento automático, compatível com espessura de porta padrão (35-45 mm), instalação embutida ou sobreposta, mecanismo resistente e fácil manutenção.	UND	1
3.4	Scanner de mesa colorido, tipo flatbed (mesa digitalizadora de vidro), para digitalização de documentos e fotos; resolução óptica mínima de 1200 x 2400 dpi; suporte para tamanho de papel até formato A4/Ofício; profundidade de cores de no mínimo 48 bits; fonte de luz LED (tecnologia ReadyScan para digitalização imediata sem aquecimento); conexão de interface via porta USB	UND	3

SECRETARIA DA MULHER -SEMU

	(preferencialmente alimentado pela própria porta USB); botões frontais para funções rápidas como digitalizar para PDF e e-mail; compatibilidade com sistemas operacionais vigentes (Windows e MacOS); acompanha software de digitalização e cabo de interface; garantia mínima de 12 meses.		
3.5	Computador completo tipo Desktop, composto por unidade de processamento, monitor, teclado e mouse; processador de última geração com no mínimo 04 núcleos físicos e frequência base de 3.0 GHz; memória RAM mínima de 8GB DDR4 ou superior; armazenamento em SSD (Solid State Drive) com capacidade mínima de 240GB; placa-mãe com portas USB 3.0/3.1, saída de vídeo HDMI e VGA, e interface de rede Gigabit Ethernet (10/100/1000 Mbps); gabinete tipo torre ou mini-torre com fonte de alimentação compatível e bivolt automática; monitor de LED com tela mínima de 19,5 polegadas, resolução HD ou superior, com ajuste de inclinação; teclado padrão ABNT2 com conexão USB; mouse óptico com no mínimo 2 botões e scroll, conexão USB; sistema operacional Windows 11 Pro pré-instalado e devidamente licenciado; conjunto de cabos de força e vídeo inclusos; garantia mínima de fábrica de 12 meses para todo o conjunto.	UND	12



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 7760-3B72-E2ED-AE59

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



BRUNA RAFAELLY BEZERRA (CPF 054.XXX.XXX-00) em 10/03/2026 11:52:33 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://caruaru.1doc.com.br/verificacao/7760-3B72-E2ED-AE59>